

Estratégias por trás do combate aos pancadões no Grande ABC

Estratégias por trás do combate aos pancadões no Grande ABC

Prefeituras ampliam uso de denúncias, redes sociais, drones e mapeamento para coibir eventos; ações resultam em redução de ocorrências

GABRIEL GADELHA Especialista para o Diário gabrielgadelha@diariogabc.com.br

O combate aos chamados pancadões, eventos clandestinos com som alto e aglomeração em vias públicas, tem avançado no Grande ABC com auxílio de ações de inteligência e uso de tecnologia para mapear e desarticular as festas ilegais antes mesmo que comecem. Mais do que força ostensiva, as prefeituras têm apostado em estratégias baseadas em denúncias, redes sociais, drones, cruzamento de dados e integração entre forças de segurança.

Em Diadema, o trabalho é articulado pelo Observatório de Segurança e pelo Cisp (Centro Integrado de Segurança Pública), que organizam as denúncias recebidas, monitoram redes sociais e identificam padrões de reincidência. A cidade também está implantando a Muralla Digital, sistema que permitirá reconhecimento facial e leitura de placas para ampliar o controle territorial em tempo real. Desde janeiro, a prefeitura intensificou a Operação Presença e viu o número de pancadões cair

de 12 para apenas dois. Entre janeiro e julho de 2025, foram 3.463 denúncias de perturbação do sossego, a maioria nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Santo André atua com a Operação Sono Tranquilo, que reúne GCM, Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André) e PM (Polícia Militar). O diferencial está no planejamento semanal baseado em dados coletados via aplicativo Colab (plataforma digital que conecta cidadãos e gestão pública). O município também faz monitoramento de redes sociais, uso de drones e conta com os equipamentos do projeto Meu Bairro Inteligente. A operação já resultou em mais de 25 interdições e apreensões de equipamentos em 2025. Em uma das ações mais recentes, no último dia 6, foram recolhidos oito carros, oito motos e interdições três adegas na Rua Sabaúna, no Parque João Ramalho.

Em São Bernardo, o combate aos pancadões é feito com apoio da Romu (Ronda Ostensiva Municipal) e análise de dados da GCM, com



COOPERAÇÃO. União de forças policiais e apoio da população combatem festas ilegais nas cidades

monitoramento de redes sociais e recebimento de denúncias. A ação é integrada com PM, Polícia Civil, equipes de trânsito, Vigilância Sanitária e setor de fiscalização. Entre janeiro e 13 de julho, a Guarda atendeu 4.452 ocorrências relacionadas à desordem e perturbação, com 22 pancadões dispensados no período por meio da Operação Dorme Bem SBC. Mauá também utiliza informações repassadas por

moradores para planejar as ações da Operação Dorme Tranquilo, que reúne GCM, PM, Polícia Civil e a subprefeitura de São Mateus, em São Paulo. A Prefeitura destaca as ações na Avenida Cidade de Mauá, onde, segundo o município, o transporte coletivo chegou a ser suspenso devido ao desconforto urbano causado pelos eventos. Após a força-tarefa, a normalidade foi restabelecida, pontuou o município. Entre ju-

nho e julho, foram 97 estabelecimentos fiscalizados, 27 interdições, dois lacrados, três com atividades cassadas, 68 orientados e quatro veículos apreendidos por som alto. Em Rio Grande da Serra, o enfrentamento aos pancadões envolve um grupo de trabalho na Secretaria de Segurança Urbana, Trânsito e Defesa Civil, com apoio dos conselhos comunitários e da Ouvidoria Municipal.

As ações priorizam a orientação, aplicação de multas e segurança dos fiscais. No primeiro semestre de 2025, oito estabelecimentos foram vistoriados, dois fechados e um orientado.

São Caetano informou que não há registros de pancadões na cidade. A prefeitura não detalhou os métodos de prevenção ou mecanismos de controle utilizados.

FATOR COMUM

Apesar das particularidades de cada cidade, todas as prefeituras destacam o trabalho conjunto entre GCM, Polícia Militar e Polícia Civil como pilar das ações. Em Diadema, a cooperação é formalizada por meio de Termo de Cooperação Técnica. Santo André promove reuniões mensais do Comitê de Segurança com presença de diversas autoridades. São Bernardo, Mauá e Rio Grande da Serra também reforçam a integração com associações de bairro e canais de escuta direta com a população.

Ribeirão Pires não respondeu aos questionamentos da reportagem até o fechamento desta edição.

É grave tratar o funk como caso de polícia, diz deputada

Enquanto prefeituras do Grande ABC ampliam ações para combater pancadões e bailes funk em vias públicas, a deputada estadual Ediane Maria (Psoal) faz duras críticas à forma como essas medidas vêm sendo conduzidas. Segundo a parlamentar, as gestões locais optam por uma política de repressão que criminaliza a juventude periférica e ignora o valor cultural e econômico do movimento funk.

"Não existe nenhuma iniciativa de abertura de diálogo com essa juventude que frequenta e organiza esses eventos", afirmou Ediane.

"Fica evidente que a leitura dessas gestões é de que o funk é caso de polícia. É isso que é muito grave

porque são vidas que ficam pelo caminho. O impacto do uso indiscriminado dessas armas não letais nos bailes, além de ser muito questionável do ponto de vista legal, é alarmante e preocupa muito, não podemos normalizar que o estado produza mais vítimas", alertou.

Na visão da deputada, o baile funk representa muito mais do que música: é um espaço de expressão, renda e pertencimento em territórios que sofrem com a ausência de políticas públicas.

"É onde a juventude produz arte, circula suas estéticas, gera renda e constrói vínculos. Quando se reprime o baile, está se negando o direito básico à cultura e ao lazer."

Para enfrentar o que

considera uma "lógica racista" no trato com o funk, Ediane apresentou na Assembleia Legislativa um projeto de lei que reconhece oficialmente o funk como movimento cultural e artístico popular em São Paulo. A iniciativa, segundo ela, é uma resposta simbólica e política à criminalização da cultura produzida nas periferias.

"Ao reconhecer o funk como manifestação cultural e artística popular, o Estado assume o compromisso de proteger e fomentar essa cultura, em vez de criminalizá-la. (...) Esse reconhecimento também dá suporte legal para políticas públicas de fomento, formação e preservação do movimento", defendeu.

A parlamentar reforça que qualquer regulamentação sobre eventos deve ser feita com a participação ativa de quem constrói o movimento funk. 66

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 4